



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, junho/2009

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Nelson Machado

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**CHEFE DE GABINETE**

Lindemberg de Lima Bezerra

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Cleber Ubiratan de Oliveira  
Eduardo Coutinho Guerra  
Lísicio Fábio de Brasil Camargo  
Marcus Pereira Aucélio  
Paulo Fontoura Valle

**COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

**EQUIPE**

Andresa Costa Biason  
Angela Carballido Fernandez  
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha  
Felipe Augusto Trevisan Ortiz  
Felipe Palmeira Bardella  
Heliane Bertullucci Fernandes  
Heloisa Teixeira Saito  
Janet Maria Pereira  
Renato Nogueira Starling

**O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar  
70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 15, n. 5, maio 2009. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O resultado primário do Governo Central em maio de 2009 foi deficitário em R\$ 120,2 milhões, contra superávit de R\$ 10,0 bilhões em abril. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 2,6 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 2,7 bilhões e de R\$ 23,6 milhões, respectivamente.

*O resultado primário do Governo Central em maio de 2009 foi deficitário em R\$ 120,2 milhões.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2008-2009**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	ABR 2009	MAI 2009	JAN-MAI 2008	2009
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>62.883,5</b>	<b>56.292,3</b>	<b>288.738,1</b>	<b>286.271,0</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>48.618,1</b>	<b>41.711,9</b>	<b>227.504,9</b>	<b>217.563,7</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	48.833,3	42.248,2	228.973,1	219.242,8
I.1.2. (-) Restituições	-187,9	-508,8	-1.468,1	-1.624,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-27,3	-27,5	0,0	-54,8
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>14.089,7</b>	<b>14.400,8</b>	<b>60.560,0</b>	<b>67.901,2</b>
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	13.665,1	13.926,8	58.621,5	66.061,4
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	424,6	474,0	1.938,5	1.839,7
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>175,6</b>	<b>179,6</b>	<b>673,2</b>	<b>806,1</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>9.347,8</b>	<b>12.835,0</b>	<b>53.796,0</b>	<b>51.749,1</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)</b>	<b>53.535,6</b>	<b>43.457,3</b>	<b>234.942,1</b>	<b>234.521,9</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>43.507,0</b>	<b>43.577,5</b>	<b>181.484,4</b>	<b>215.239,9</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>26.079,1</b>	<b>26.233,8</b>	<b>104.811,1</b>	<b>128.441,4</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	11.099,4	10.867,4	49.571,7	60.788,6
IV.1.2. Custeio e Capital	14.879,7	15.277,6	54.928,5	67.209,9
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.705,4	1.930,2	6.302,6	8.720,6
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	716,3	430,2	1.974,6	1.109,9
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.581,2	1.586,7	6.328,1	7.637,7
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	10.876,7	11.330,4	40.323,2	49.741,7
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	8.515,0	8.815,3	32.891,9	40.465,2
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	2.361,7	2.515,1	7.431,3	9.276,4
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	100,1	88,8	310,9	442,9
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>17.189,1</b>	<b>17.140,5</b>	<b>75.852,8</b>	<b>85.795,8</b>
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	13.751,3	13.712,4	60.783,2	68.624,5
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.437,8	3.428,1	15.069,6	17.171,4
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>238,8</b>	<b>203,2</b>	<b>820,5</b>	<b>1.002,6</b>
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>10.028,7</b>	<b>-120,2</b>	<b>53.457,7</b>	<b>19.282,0</b>
VI.1. Tesouro Nacional	13.191,2	2.643,1	68.897,8	37.373,2
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.099,4	-2.739,7	-15.292,9	-17.894,7
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	-86,2	214,3	-2.161,7	-2.563,0
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.013,2	-2.954,1	-13.131,1	-15.331,6
VI.3. Banco Central (6)	-63,2	-23,6	-147,3	-196,5
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>4,68%</b>	<b>1,63%</b>

\* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIÇÕES ACUMULADO: 2009/2008	
DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>-0,85%</b>
Tesouro	-4,37%
Previdência	12,12%
<b>Transferências</b>	<b>-3,81%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>-0,18%</b>
<b>Despesas</b>	<b>18,60%</b>
Benefícios	13,11%
Pessoal	22,63%
Custeio e Capital	22,36%
FAT	38,36%
Subsídios	-43,79%
LOAS/RMV	20,70%
Outras	23,36%
Custeio	23,02%
Capital	24,83%
<b>PIB estimado</b>	<b>3,69%</b>

*A evolução das receitas do Governo Central no mês refletiu os recolhimentos sazonais ocorridos em abril, quais sejam: o encerramento do prazo legal para pagamento do IRPF referente à Declaração de Ajuste de 2008, a arrecadação do IRPJ e da CSLL referentes ao 1º trimestre do ano e o recolhimento da participação especial da cota parte de compensações financeiras, apurada trimestralmente.*

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve decréscimo de R\$ 6,6 bilhões (13,5%), passando de R\$ 48,8 bilhões em abril para R\$ 42,2 bilhões em maio. Esta evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) o decréscimo de R\$ 2,9 bilhões no IRPJ e de R\$ 1,6 bilhão da CSLL decorrente da arrecadação, em abril, do valor referente ao primeiro trimestre do ano; ii) o decréscimo de R\$ 1,8 bilhão no IRPF decorrente do pagamento, em abril, da cota única ou 1ª cota do saldo a pagar do IRPF referente à Declaração de Ajuste/2009, referente ao ano base 2008; iii) o decréscimo de R\$ 1,7 bilhão das receitas diretamente arrecadadas pela União, em função do recolhimento anual, em abril, da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel); iv) a diminuição de R\$ 1,4 bilhão da cota parte de compensações, devido ao recolhimento sazonal em abril da participação especial, apurada trimestralmente; v) o incremento de R\$ 2,1 bilhões nas receitas de dividendos; e vi) o crescimento de R\$ 1,1 bilhão nas receitas de concessões, decorrente das receitas de R\$ 699,1 milhões referentes à prorrogação bianual de contratos de concessão para prestação de serviços de telecomunicações e de R\$ 461,9 milhões relativos ao pagamento da segunda parcela do leilão de subconcessão de trecho da Ferrovia Norte Sul.

As transferências a estados e municípios apresentaram incremento de 37,3% (R\$ 3,5 bilhões) em termos nominais. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 9,3 bilhões, com acréscimo de 19,4% frente a abril de 2009, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de abril, com impacto nas transferências do mês de maio. As demais transferências apresentaram aumento de R\$ 2,0 bilhões (150,6%), para o qual contribuiu o repasse de R\$ 755,0 milhões relativo ao apoio financeiro aos municípios, em conformidade com a Medida Provisória nº 462/2009.

Do lado dos dispêndios, verificou-se aumento de R\$ 154,7 milhões nas despesas do Tesouro Nacional em relação a abril, explicado: i) pela redução de R\$ 231,9 milhões nas despesas de pessoal e encargos sociais; ii) pelo aumento de R\$ 224,8 milhões nos dispêndios no âmbito do FAT, como decorrência da prorrogação de parcelas adicionais de seguro-desemprego para alguns subsetores, conforme Resolução do CODEFAT nº 595, de 30 de março de 2009; e iii) pelo incremento de R\$ 453,7 milhões na rubrica “Outras Despesas de Custeio e Capital”. Destas últimas, destaca-se o incremento de R\$ 193,4 milhões nas despesas discricionárias.

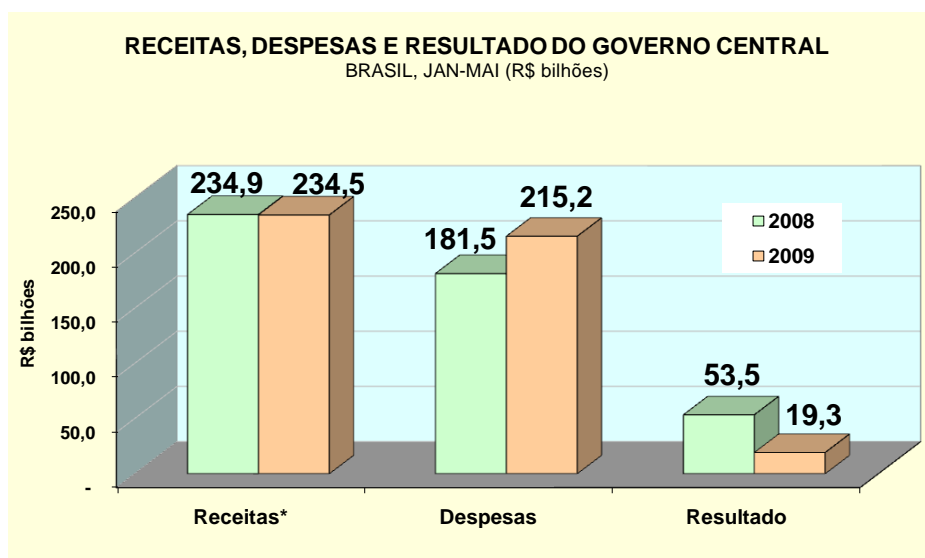
O déficit da Previdência Social reduziu-se em 11,6% (R\$ 359,6 milhões) relativamente a abril, passando de R\$ 3,1 bilhões para R\$ 2,7 bilhões. Destaque-se que essa foi a melhor arrecadação mensal da série histórica iniciada em 1995 (excluindo-se as receitas de novembro e dezembro, sazonalmente afetadas pela gratificação natalina). Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 214,3 milhões no mês, contra déficit de R\$ 86,2 milhões em abril,

PRINCIPAIS VARIÇÕES ACUMULADO JAN-MAI: %		
DISCRIMINAÇÃO	08/07	09/08
<b>Receitas</b>	<b>17,3%</b>	<b>-0,9%</b>
Tesouro	17,4%	-4,4%
Previdência	16,7%	12,1%
<b>Transferências</b>	<b>26,1%</b>	<b>-3,8%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>15,4%</b>	<b>-0,2%</b>
<b>Despesas</b>	<b>9,1%</b>	<b>18,6%</b>
Benefícios	9,4%	13,1%
Pessoal	7,0%	22,6%
Custeio e Capital	10,5%	22,4%
FAT	18,7%	38,4%
Subsídios	-16,6%	-43,8%
LOAS/RMV	18,2%	20,7%
Outras	9,9%	23,4%
Custeio	7,2%	23,0%
Capital	23,9%	24,8%
<b>PIB estimado</b>	<b>10,3%</b>	<b>3,7%</b>

enquanto que a parcela rural registrou déficit de R\$ 2.954,1 milhões, perante déficit de R\$ 3.013,2 milhões no mês anterior.

No acumulado janeiro a maio, o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 19,3 bilhões, contra R\$ 53,5 bilhões registrados em igual período de 2008. Tal evolução decorre de fatores atípicos ocorridos neste e naquele exercícios. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram redução nominal de 0,2% no período, enquanto as despesas do Governo Central apresentaram elevação de 18,6%.

*A evolução das receitas do Tesouro Nacional no acumulado do ano decorreu, em grande medida, da compensação de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis no valor de aproximadamente R\$ 4,0 bilhões.*



*No acumulado janeiro a maio, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 19,3 bilhões, equivalente a 1,63% do PIB.*

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou redução de 4,2% (R\$ 9,7 bilhões) relativamente ao primeiros cinco meses de 2008, explicada, principalmente, pelos seguintes fatores: i) queda na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas; ii) redução de 14,7% na produção industrial, no acumulado dos primeiros cinco meses de 2009 comparativamente ao mesmo período de 2008, o que impacta a arrecadação do IPI; iii) compensação este ano de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis no valor de R\$ 4,0 bilhões, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; iv) alteração da tabela de incidência do IPI-Automóveis para os fatos geradores de janeiro a junho de 2009, e criação de mecanismo que permitiu que a nova tabela fosse aplicada também ao estoque de veículos ainda não negociados até 12 de dezembro de 2008 (Decreto nº 6.687/2008).

*O crescimento das despesas do Tesouro Nacional em 2009 decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal, da dinâmica das despesas discricionárias e do incremento de 24,8% dos gastos com investimentos.*

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 22,5% em termos nominais relativamente às verificadas no mesmo período de 2008, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores: i) elevação de R\$ 2,5 bilhões no volume de pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal; ii) efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; e iii) maior dinâmica das

despesas discricionárias, as quais se elevaram em R\$ 10,0 bilhões, com destaque para a execução do Ministério da Saúde superior em R\$ 4,9 bilhões ao realizado no ano anterior. Por outro lado, as despesas com créditos extraordinários se reduziram em R\$ 1,5 bilhão (60,7%). Cumpre salientar o incremento de R\$ 1,8 bilhão (24,8%) dos investimentos no acumulado de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em 17,0% (R\$ 2,6 bilhões) relativamente à mesma base de comparação de 2008, passando de R\$ 15,3 bilhões para R\$ 17,9 bilhões. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 7,3 bilhões (12,1%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 9,9 bilhões (13,1%) em decorrência do aumento de 11,6% no valor médio benefícios pagos, consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso, e da elevação de 3,4% na quantidade média mensal de benefícios pagos. Destaca-se também a elevação de R\$ 680,7 milhões no pagamento com precatórios judiciais de benefícios previdenciários.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 2,6 bilhões, que corresponde a 14,3% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 15,3 bilhões (85,7% do déficit do RGPS).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-MAI (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	60.560,0	67.901,2	12,1%
Urbano	58.621,5	66.061,4	12,7%
Rural	1.938,5	1.839,7	-5,1%
Benefícios	75.852,8	85.795,8	13,1%
Urbano	60.783,2	68.624,5	12,9%
Rural	15.069,6	17.171,4	13,9%
<b>Res. Primário</b>	<b>-15.292,9</b>	<b>-17.894,7</b>	<b>17,0%</b>
Urbano	-2.161,7	-2.563,0	18,6%
Rural	-13.131,1	-15.331,6	16,8%

## Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

*A receita bruta do Tesouro Nacional diminuiu 13,5% relativamente ao mês anterior.*

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/09	MAI/09
<b>Impostos</b>	<b>22.855,0</b>	<b>17.502,1</b>
Imposto de Renda	17.782,2	12.755,0
IPI	2.452,8	2.136,0
Outros	2.619,9	2.611,1
<b>Contribuições</b>	<b>17.460,4</b>	<b>15.301,5</b>
Cofins	9.295,3	8.867,6
CPMF	9,5	13,0
CSLL	4.239,7	2.611,0
Cide - Combustíveis	340,4	359,1
Outras	3.575,6	3.450,8
<b>Demais</b>	<b>8.517,9</b>	<b>9.444,6</b>
Cota parte	2.218,9	839,1
Diretamente Arrecadada	3.547,6	1.818,9
Dividendos da União	1.618,4	3.755,7
Concessões	73,1	1.170,5
Outras	1.060,0	1.860,4
<b>Total Bruto</b>	<b>48.833,3</b>	<b>42.248,2</b>

1 Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 42,2 bilhões em maio contra R\$ 48,8 bilhões verificados em abril de 2009 (decréscimo de 13,5%). Este comportamento é explicado pelas reduções de R\$ 5,4 bilhões nas receitas de impostos, R\$ 2,2 bilhões nas receitas de contribuições, a despeito do aumento de R\$ 926,7 milhões nas demais receitas.

As receitas de impostos e contribuições federais totalizaram R\$ 32,8 bilhões em maio, apresentando redução de 18,6% em relação ao valor apurado em abril (R\$ 40,3 bilhões). Essa evolução reflete: i) a redução de R\$ 2,9 bilhões no IRPJ e de R\$ 1,6 bilhão da CSLL decorrente da arrecadação, em abril, do valor referente ao primeiro trimestre do ano e iii) a diminuição de R\$ 1,8 bilhão no IRPF, em função da arrecadação em abril da primeira cota ou cota única desse tributo apurado na Declaração de Ajuste Anual.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 9,4 bilhões em maio contra R\$ 8,5 bilhões registrados em abril de 2009, apresentando aumento de R\$ 926,7 milhões (10,9%). As principais variações nesse grupo foram: i) o crescimento de R\$ 2,1 bilhões na arrecadação de dividendos; ii) o incremento de R\$ 1,1 bilhão na arrecadação de concessões, decorrente do recolhimento de R\$ 699,1 milhões referente à 2ª parcela do ônus relativo à renovação dos contratos de concessão

para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) por parte das concessionárias e de R\$ 461,9 milhões relativos ao pagamento da 2ª parcela do leilão de subconcessão de trecho da Ferrovia Norte Sul, realizado em outubro de 2007; iii) a queda de R\$ 1,7 bilhão nas receitas diretamente arrecadadas em função do recolhimento anual, em abril, da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel); e, iv) a redução de R\$ 1,4 bilhão da cota parte de compensações devido à arrecadação sazonal, em abril, da participação especial, apurada trimestralmente e recolhida até o último dia útil do mês seguinte ao fato gerador.

De janeiro a maio de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional alcançou R\$ 219,2 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 9,7 bilhões (4,2%) quando comparada ao mesmo período de 2008. Como proporção do PIB, a receita bruta atingiu 18,5% nesse período.

A diminuição na arrecadação de impostos e contribuições é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- decréscimo de R\$ 4,4 bilhões (9,2%) na arrecadação da Cofins e de R\$ 570,4 milhões (4,6%) no PIS/Pasep, refletindo: i) a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior, no montante de R\$ 3,0 bilhões, nos meses de janeiro a maio de 2009; ii) a desaceleração no volume geral de vendas; e iii) as desonerações promovidas por meio das Leis nº 11.774 e nº 11.787, ambas de 2008, nº 11.945/2009 e pela Medida Provisória nº 460/2009;
- decréscimo de R\$ 4,0 bilhões (25,8%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: i) IPI – Bebidas, em função da alteração da sistemática da tributação do setor de bebidas, conforme Leis nºs 11.727/2008 e 11.827/2008, e mudança do período de apuração, de decendial para mensal, em conformidade com a Lei nº 11.774/2008; ii) IPI - Automóveis, decorrente da alteração da tabela de incidência do imposto para os fatos geradores de janeiro a junho de 2009 e criação de mecanismo que permitiu a utilização da nova tabela também para o estoque de veículos não negociados até 12/12/2008, conforme Decreto nº 6.687/2008; e iii) IPI - Outros, devido à queda de 14,7% na produção industrial no acumulado do 1º quadrimestre de 2009 relativamente ao 1º quadrimestre de 2008. As arrecadações desse tributo também foram afetadas pelas desonerações constantes dos Decretos nºs 6.696, 6.809, 6.823, 6.825 e 6.826, todos de 2009;
- redução de R\$ 2,5 bilhões na arrecadação da CIDE – Combustíveis, devido à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão;

## **Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior**

*A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2009 está sendo influenciada por fatores sazonais e por mudanças na incidência de tributos e contribuições.*

<b>RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL</b>		
BRASIL, JAN-MAI (R\$ milhões)		
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
<b>Impostos</b>	<b>108.731,8</b>	<b>104.325,9</b>
Imposto de Renda	79.321,5	79.128,1
IPI	15.356,4	11.396,5
Outros	14.053,9	13.801,3
<b>Contribuições</b>	<b>87.433,2</b>	<b>81.275,1</b>
Cofins	47.448,0	43.087,4
CPMF	1.062,4	84,2
CSLL	18.265,5	19.693,7
Cide - Combustíveis	3.275,9	815,8
Outras	17.381,3	17.594,0
<b>Demais</b>	<b>32.808,1</b>	<b>33.641,7</b>
Cota parte	9.791,7	7.118,0
Diretamente Arrecadada	10.015,8	11.371,4
Dividendos da União	4.172,0	7.566,1
Concessões	4.159,6	1.487,0
Outras	4.669,0	6.099,2
<b>Total Bruto</b>	<b>228.973,1</b>	<b>219.242,8</b>

\* Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-MAI (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
<b>Demais</b>	<b>32.808,1</b>	<b>33.641,7</b>
Cota parte	9.791,7	7.118,0
Plano do Servidor (CPSS)	2.877,5	3.438,0
Diretamente Arrecadada	10.015,8	11.371,4
Dividendos da União	4.172,0	7.566,1
Concessões	4.159,6	1.487,0
Outras	1.791,5	2.661,1

- d) queda de R\$ 2,4 bilhões (6,2%) na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas;
- e) elevação de R\$ 2,4 bilhões (7,0%) no IRRF, principalmente devido: i) ao crescimento de R\$ 930,2 milhões (4,4%) no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do aumento da massa salarial observada entre dezembro de 2008 e abril de 2009, que foi 15,8% superior à verificada no período correspondente de 2007/2008; ii) ao incremento de R\$ 741,2 milhões (10,4%) no IRRF – Rendimentos do Capital, com destaque para os itens juros de capital próprio e operações de swap; e iii) ao aumento de R\$ 680,3 milhões (18,9%) do IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pela elevação da taxa média de câmbio em relação ao mesmo período do ano anterior;
- f) incremento de R\$ 1,4 bilhão (7,8%) na CSLL, com destaque, no caso das instituições financeiras, para o aumento da alíquota de 9% para 15% a partir dos fatos geradores de maio de 2008, em conformidade com a Lei nº 11.727/08 e a retomada do recolhimento regular por empresa do setor.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 833,6 milhões (2,5%) em relação ao período de janeiro a maio de 2008, decorrente: i) do incremento de 3,4 bilhões das receitas de dividendos; ii) do aumento da arrecadação das receitas diretamente arrecadadas em R\$ 1,4 bilhão, em função da arrecadação da contribuição sobre a receita de concessão e permissão de energia elétrica em 2009, sem correspondência em 2008; iii) do acréscimo de R\$ 869,6 milhões em outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais, com transferência dos depósitos da Caixa Econômica Federal para a conta Única do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 577,6 milhões; iv) da queda de R\$ 2,7 bilhões (64,3%) no volume arrecadado proveniente de concessões, em decorrência da arrecadação, em março de 2008, de R\$ 1,9 bilhão relativo à 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural e, em maio de 2008, de R\$ 1,7 bilhão decorrente da exploração de serviços de telefonia móvel (3G); e v) do decréscimo de R\$ 2,7 bilhões na arrecadação relativa à cota parte de compensações financeiras, em função da redução do preço internacional do petróleo.

### **Transferências a Estados e Municípios**

Em maio, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 12,8 bilhões, contra R\$ 9,3 bilhões em abril de 2009, apresentando acréscimo de 37,3%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 9,3 bilhões, com acréscimo de R\$ 1,5 bilhão (19,4%) frente a abril de 2009, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de abril, com impacto nas transferências do mês de maio. As demais transferências apresentaram aumento de R\$ 2,0 bilhões (150,6%) para o qual contribuiu o repasse de R\$ 755,0 milhões para



apoio financeiro aos municípios, em conformidade com a Medida Provisória no 462/2009.

Na comparação entre o acumulado de janeiro a maio de 2009 frente ao mesmo período de 2008, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, decréscimo de R\$ 2,0 bilhões (3,8%), diminuindo de R\$ 53,8 bilhões em 2008 para R\$ 51,7 bilhões em 2009. Tal desempenho é explicado: i) pela redução de R\$ 1,8 bilhão (4,2%) nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM), reflexo da menor arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2009 comparativamente a 2008; ii) pela queda de R\$ 1,5 bilhão nas transferências relativas ao royalties da Lei no 9.478/1997, em função da queda do preço internacional do petróleo; iii) pela diminuição de R\$ 629,9 milhões nas transferências da CIDE, devido, como já mencionado, à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão; iv) pelo aumento de R\$ 762,0 milhões das transferências relativas ao Fundeb; e v) pelo incremento de R\$ 773,9 milhões em outras transferências, em virtude do apoio financeiro aos municípios de maio de 2009, sem correspondência em 2008, ao amparo da MP no 462/2009.

Em maio, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 26,2 bilhões, apresentando aumento de R\$ 154,7 milhões (0,6%) relativamente a abril. No mês, as principais variações em relação a abril foram: i) redução de R\$ 231,9 milhões (2,1%) nas despesas de pessoal e encargos sociais; ii) aumento de R\$ 224,8 milhões (13,2%) nos dispêndios no âmbito do FAT; e iii) incremento de R\$ 453,7 milhões (4,2%) na rubrica “Outras Despesas de Custeio e Capital”.

Os gastos totais com custeio e capital atingiram R\$ 15,3 bilhões (aumento de 2,7%), dos quais R\$ 11,3 bilhões relativos a outras despesas de custeio e capital. As despesas com o FAT atingiram R\$ 1,9 bilhão, com variação de R\$ 224,8 milhões (13,2%) em relação ao mês anterior, como decorrência da prorrogação de parcelas adicionais de seguro-desemprego para alguns subsetores, conforme Resolução do CODEFAT nº 595, de 30 de março de 2009. Os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas totalizaram R\$ 430,2 milhões, reduzindo R\$ 286,1 milhões em relação ao mês anterior. Este decréscimo ocorreu, principalmente, nos gastos com o Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF (R\$ 197,8 milhões) e o Programa de Investimento Rural (R\$ 118,9 milhões), compensados, em parte, pelo aumento nas despesas do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF (R\$ 98,9 milhões).

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/09	MAI/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.829,6	9.345,4
CIDE-Combustíveis	28,2	-
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	162,5	162,5
Demais	1.327,6	3.327,1
<b>Total</b>	<b>9.347,8</b>	<b>12.835,0</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
Decêndio	Abr	Mai
Terceiro Decêndio	11.051,1	13.683,1
Primeiro Decêndio	1.355,6	1.149,5
Segundo Decêndio	4.659,5	5.569,1
<b>Total</b>	<b>17.066,2</b>	<b>20.401,7</b>

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-MAI (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Constitucionais (IR/IPI/outros)	42.751,4	40.954,7
CIDE - Combustíveis	932,0	302,1
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	828,6	812,5
Demais	9.284,1	9.679,8
<b>Total</b>	<b>53.796,0</b>	<b>51.749,1</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/09	MAI/09
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>11.099,4</b>	<b>10.867,4</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>14.879,7</b>	<b>15.277,6</b>
Despesas do FAT	1.705,4	1.930,2
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	716,3	430,2
LOAS/RMV	1.581,2	1.586,7
Outras	10.876,7	11.330,4
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>100,1</b>	<b>88,8</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/09	MAI/09
Sentenças Judiciais	15,4	15,1
Legislativo/Judiciário	467,9	451,8
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	276,6	226,8
Projeto Piloto de Investimento <sup>2</sup>	721,0	1.037,1
Outras <sup>3</sup>	70,4	80,7
Discricionárias	9.325,5	9.518,9
d/q	4.660,7	4.264,1
Min. da Saúde	1.138,3	1.114,0
Min. da Educação	931,1	984,0
Min. da Defesa	651,0	650,9
Min. da Ciência e Tec.	170,0	304,0
Min. do Des. Agrário	89,9	141,9
Min. da Justiça	206,2	242,4
Min. da Previdência	152,3	176,2
Min. das Cidades	192,4	226,2
Demais	1.133,5	1.415,1
<b>Total</b>	<b>10.876,7</b>	<b>11.330,4</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).

<sup>3</sup> Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

No âmbito das outras despesas de custeio e capital, houve acréscimo de R\$ 316,1 milhões (43,8%) nas despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público – PPI, e de R\$ 10,4 milhões nos dispêndios de outras obrigatórias (14,8%).

As despesas discricionárias aumentaram R\$ 193,4 milhões (2,1%), concentradas principalmente nos Ministérios da Ciência e Tecnologia (R\$ 134,0 milhões), Educação (R\$ 53,0 milhões) e do Desenvolvimento Agrário (R\$ 52,0 milhões). Por outro lado, houve redução nas despesas executadas pelos Ministérios da Saúde (R\$ 396,6 milhões) e Desenvolvimento Social (R\$ 24,4 milhões), entre outros.

### **Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior**

Nos primeiros cinco meses de 2009, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,86% do PIB, contra 9,19% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 23,6 bilhões (22,5%) em relação a 2008. Destacam-se os incrementos de R\$ 12,3 bilhões (22,4%) nas despesas de custeio e capital e de R\$ 11,2 bilhões (22,6%) nos gastos com pessoal e encargos sociais. É importante destacar que em termos percentuais do PIB, tais despesas cresceram 0,87 e 0,79 pontos percentuais, respectivamente.

A folha de pagamento da União passou de 4,34% do PIB, até maio de 2008 para 5,14 % no mesmo período de 2009. O aumento nominal observado no período reflete em grande parte a reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares, além dos pagamentos de precatórios e sentenças judiciais, que atingiram R\$ 5,0 bilhões no período, representando um incremento de R\$ 2,3 bilhões em relação ao ano de 2008.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
<b>Tesouro Nacional</b>	<b>9,19%</b>	<b>10,86%</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4,34%</b>	<b>5,14%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,81%</b>	<b>5,68%</b>
Despesas do FAT	0,55%	0,74%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,17%	0,09%
LOAS/RMV	0,55%	0,65%
Outras	3,53%	4,20%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,04%</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

*Em maio, os dispêndios com pessoal e encargos sociais registraram redução de R\$ 231,9 milhões (2,1%) em relação ao mês de abril.*

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 4,81% do PIB em 2008 para 5,68% em 2009, os destaques quanto ao incremento nominal em relação ao ano anterior ficaram por conta das rubricas ‘outras despesas de custeio e capital’ - acréscimo de R\$ 9,4 bilhões (23,4%), despesas com o FAT – aumento de R\$ 2,4 bilhões (38,4%) e LOAS/RMV, crescimento de R\$ 1,3 bilhão (20,7%).

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, houve aumento de R\$ 9,4 bilhões em relação ao período de janeiro a maio de 2008, sendo 80,4% (R\$ 7,6 bilhões) referentes a custeio e 19,6% (R\$ 1,8 bilhões) referentes à capital.

As despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), passíveis de redução da meta de superávit primário (nos termos do art. 3º da LDO/2008), totalizaram R\$ 3,0 bilhões em 2009, contra R\$ 2,3 bilhões no ano anterior (crescimento de 29,1%).

Registraram crescimento de R\$ 241,3 milhões (17,5%), as sentenças judiciais, enquanto que os dispêndios com os créditos extraordinários reduziram R\$ 1,5 bilhão (60,7%). Os gastos discricionários cresceram R\$ 10,0 bilhões (31,4%) em relação ao mesmo período de 2008, dos quais R\$ 7,4 bilhões corresponderam ao incremento de

despesas nos Ministérios da Saúde (R\$ 4,9 bilhões), Defesa (R\$ 1,1 bilhão), Desenvolvimento Social (R\$ 759,3 milhões) e Educação (R\$ 590,8 milhões).

Quanto às despesas com o FAT, cujo aumento em relação ao ano anterior alcançou R\$ 2,4 bilhões, a variação decorreu do aumento do salário mínimo e da prorrogação de parcelas adicionais de seguro-desemprego para alguns subsectores, conforme Resoluções do CODEFAT no 592 e no 595, de 11 de fevereiro de 2009 e de 30 de março de 2009, respectivamente. As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos, por sua vez, alcançaram R\$ 1,1 bilhão no período de janeiro a maio de 2009, reduzindo-se R\$ 864,6 milhões (43,8%), em relação ao mesmo período de 2008.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS  
BRASIL, 2008-2009**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média jan-mai/01	1.244.602	-	421.223	-	823.380	-
média jan-mai/02	1.385.071	11%	496.463	18%	888.609	8%
média jan-mai/03	1.591.721	15%	603.991	22%	987.730	11%
média jan-mai/04	1.788.734	12%	739.440	22%	1.049.294	6%
média jan-mai/05	2.111.718	18%	965.206	31%	1.146.512	9%
média jan-mai/06	2.331.776	10%	1.096.917	14%	1.234.859	8%
média jan-mai/07	2.515.111	8%	1.205.739	10%	1.309.373	6%
média jan-mai/08	2.735.309	9%	1.321.712	10%	1.413.597	8%
média jan-mai/09	2.990.468	9%	1.452.987	10%	1.537.481	9%

A elevação nas despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), que aumentaram em relação ao acumulado de 2008, é explicada pelos reajustes do salário mínimo (9,21%, em 2008, e 11,9% em 2009) e pelo crescimento vegetativo de 9,0% no período (média contra média) da quantidade de benefícios pagos. Os benefícios assistenciais pagos somaram 3,0 milhões, dos quais 1,5 milhão foram destinados aos idosos e 1,5 milhão aos portadores de necessidades especiais.

No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se redução de R\$ 1,2 bilhão (119,5%). As principais variações em relação ao ano anterior foram observadas nos seguintes Programas: i) aumento das Aquisições do Governo Federal (R\$ 783,1 milhões), do Fundo da Terra/INCRA (R\$ 135,6 milhões) e do retorno líquido nas operações do Programa Fundo Nacional de Desenvolvimento (R\$ 1,8 bilhão). Por outro lado, houve redução das Garantias e Sustentação de Preços (R\$ 251,0 milhões) e do Programa de Equalização de Investimento Rural (R\$ 127,4 milhões).

**OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL  
BRASIL, JAN-MAI (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Sentenças Judiciais	1.379,5	1.620,8
Legislativo/Judiciário	2.119,9	2.242,6
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	2.456,7	965,3
Projeto Piloto de Investimento <sup>2</sup>	2.306,2	2.976,5
Outras <sup>3</sup>	409,1	332,0
Discricionárias	31.651,9	41.604,5
d/q Min. da Saúde	14.797,2	19.682,7
Min. do Des. Social	4.829,2	5.588,5
Min. da Educação	3.518,4	4.109,2
Min. da Defesa	1.666,6	2.781,0
Min. da Ciência e Tec.	902,5	1.155,7
Min. do Des. Agrário	546,8	830,6
Min. da Previdência	422,3	624,5
Min. da Justiça	428,2	878,8
Min. dos Transportes	554,1	515,1
Demais	3.986,8	5.438,5
<b>Total</b>	<b>40.323,2</b>	<b>49.741,7</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

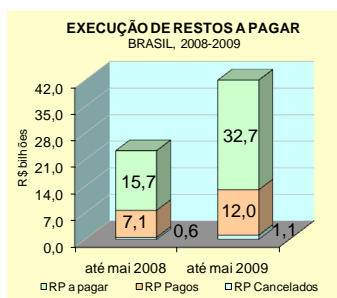
<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).

<sup>3</sup> Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS  
BRASIL, JAN-MAI (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2008	2009
<b>Agricultura</b>	<b>1.305,5</b>	<b>1.850,2</b>
Custeio Agropecuário	171,6	184,3
Investimento Rural	24,4	-103,0
Preços Agrícolas	477,3	1.016,5
- EGF	4,0	11,1
- AGF	-179,2	603,9
- Sustent. de preços	652,5	401,5
Pronaf	387,7	347,4
Pesa	95,8	55,0
Cacau	0,0	0,7
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Inkra	141,2	276,8
FUNCAFÉ	7,5	39,6
Revitaliza	0,0	32,8
<b>Outros</b>	<b>-273,6</b>	<b>-2.051,8</b>
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-294,6	-2.092,9
Exportação (Proex)	21,1	41,2
<b>Total</b>	<b>1.032,0</b>	<b>-201,6</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com Dados revisados



## Previdência Social

*Em maio de 2009, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,7 bilhões. Nos primeiros cinco meses do ano, o déficit atingiu R\$ 17,9 bilhões, equivalentes a 1,51% do PIB.*

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-MAI (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	60.560,0	67.901,2	12,1%
Urbano	58.621,5	66.061,4	12,7%
Rural	1.938,5	1.839,7	-5,1%
Benefícios	75.852,8	85.795,8	13,1%
Urbano	60.783,2	68.624,5	12,9%
Rural	15.069,6	17.171,4	13,9%
<b>Res. Primário</b>	<b>-15.292,9</b>	<b>-17.894,7</b>	<b>17,0%</b>
Urbano	-2.161,7	-2.563,0	18,6%
Rural	-13.131,1	-15.331,6	16,8%

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-MAI			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Quantidade RGPS*	22,2	22,9	3,4%
Valor médio RGPS**	586,1	654,3	11,6%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

Com relação à execução de restos a pagar – RP (Decreto de Programação Financeira), no período de janeiro a maio de 2009 o montante pago correspondeu a R\$ 12,0 bilhões, equivalente a 26,8% do total de RP inscritos (menos cancelamentos), contra 31,2% no mesmo período de 2008. Dos restos a pagar pagos, R\$ 6,2 bilhões (52,1%) são dispêndios com custeio e R\$ 5,8 bilhões (47,9%) referem-se às despesas com investimentos. Nesta rubrica houve execução de 17,6% até maio, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios dos Transportes (R\$ 1,6 bilhão), Educação (R\$ 748,5 milhões), Cidades (R\$ 698,9 milhões) e Saúde (R\$ 590,9 milhões).

Em maio, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,7 bilhões, inferior em R\$ 359,6 milhões ao registrado em abril (redução de 11,6%). A redução do déficit se deve sobretudo ao aumento na arrecadação líquida. Nos primeiros cinco meses do ano, observou-se incremento do déficit no montante de R\$ 2,6 bilhões (17,0%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2008-2009**

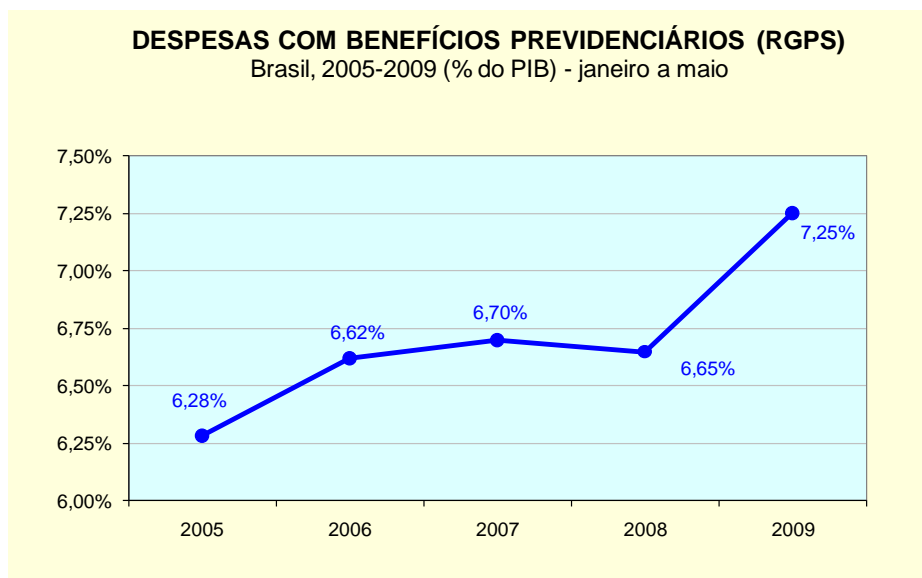
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	ABR 2009	MAI 2009	JAN-MAI 2008	JAN-MAI 2009
<b>I. ARRECAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>14.089,7</b>	<b>14.400,8</b>	<b>60.560,0</b>	<b>67.901,2</b>
Arrecadação Bruta	15.586,2	15.835,4	67.863,9	76.193,1
- Contribuição Previdenciária	14.094,3	14.252,3	62.788,5	69.768,1
- Simples	999,6	1.007,6	4.134,2	4.788,5
- CFT	58,4	73,4	312,0	288,9
- Depósitos Judiciais	409,4	480,0	506,9	1.230,4
- Refis	24,4	22,1	122,4	117,1
- Outras Receitas	0,0	0,0	0,0	0,0
(-) Restituição/Devolução	-40,3	-32,7	-76,0	-195,1
(-) Transferências a Terceiros	-1.456,2	-1.401,9	-7.228,0	-8.096,8
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>17.189,1</b>	<b>17.140,5</b>	<b>75.852,8</b>	<b>85.795,8</b>
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-3.099,4</b>	<b>-2.739,7</b>	<b>-15.292,9</b>	<b>-17.894,7</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,34%</b>	<b>-1,51%</b>

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 14,4 bilhões em maio, representando incremento de R\$ 311,0 milhões (2,2%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Essa foi a melhor arrecadação mensal da série histórica iniciada em 1995 (excluindo-se as receitas de novembro e dezembro, sazonalmente afetadas pela gratificação natalina). Em relação aos primeiros cinco meses de 2008, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 7,3 bilhões (12,1%). Isso se explica sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a

folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2008 e abril de 2009 foi 15,8% superior à verificada no período correspondente de 2007/2008. Outro fator relevante foi o crescimento de R\$ 723,4 milhões (142,7%) na arrecadação de receitas de depósitos judiciais entre janeiro e maio de 2009, em relação ao mesmo período de 2008.

As despesas com benefícios em maio alcançaram o montante de R\$ 17,1 bilhões, importando decréscimo de R\$ 48,6 milhões (0,3%) com relação ao mês anterior. Em relação aos primeiros cinco meses de 2008, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 9,9 bilhões (13,1%). Isso é explicado, principalmente, por três fatores: i) aumento de R\$ 68,22 (11,6%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; ii) elevação de 743,5 mil (3,4%) na quantidade média mensal de benefícios pagos; e iii) aumento de R\$ 680,7 milhões no pagamento de precatórios (20,4%).

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a maio de cada ano. Verifica-se que em 2005 esses gastos correspondiam a 6,28% do PIB; em 2009, correspondem a 7,25%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,24 ponto percentual do PIB por ano.



*Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram 15,4%, passando de 6,28% do PIB no acumulado de janeiro a abril de 2005 para 7,25% do PIB no mesmo período em 2009.*

No estoque de benefícios dos primeiros cinco meses de 2009, comparado ao período correspondente em 2008, destacam-se os aumentos de 605,7 mil aposentadorias (4,3%) e de 185,9 mil pensões por morte (3,0%), bem como a redução de 66,8 mil benefícios de auxílio-doença (5,0%).

**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2008-2009**

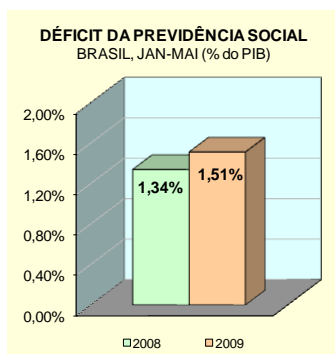
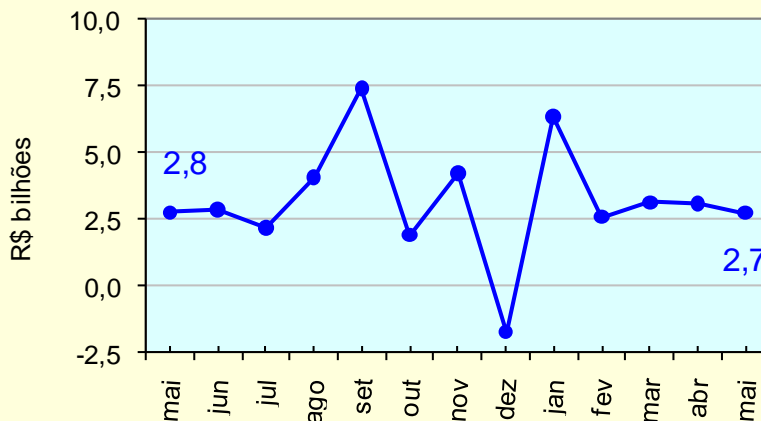
Em mil benefícios

	ABR	MAI	JAN-MAI	
	2009	2009	2008	2009
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>23.023</b>	<b>23.068</b>	<b>22.186</b>	<b>22.929</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>22.218</b>	<b>22.264</b>	<b>21.414</b>	<b>22.128</b>
Aposentadorias	14.660	14.701	14.004	14.605
Idade	7.614	7.637	7.245	7.584
Invalidez	2.860	2.862	2.777	2.853
Tempo de contribuição	4.187	4.202	3.982	4.168
Pensão por morte	6.331	6.343	6.131	6.318
Auxílio-Doença	1.116	1.107	1.194	1.100
Salário - maternidade	63	66	44	58
Outros	48	48	41	47
<b>Acidentários</b>	<b>804</b>	<b>803</b>	<b>772</b>	<b>801</b>
Aposentadorias	155	156	150	155
Pensão por morte	128	128	129	128
Auxílio - doença	171	169	140	167
Auxílio - acidente	274	273	271	273
Auxílio - suplementar	77	77	82	78

<b>RESULTADO DA PREVIDÊNCIA</b> BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Contribuição	5,31%	5,74%
Urbano	5,14%	5,58%
Rural	0,17%	0,16%
Benefícios	6,65%	7,25%
Urbano	5,33%	5,80%
Rural	1,32%	1,45%
<b>Res. Primário</b>	<b>-1,34%</b>	<b>-1,51%</b>
Urbano	<b>-0,19%</b>	<b>-0,22%</b>
Rural	<b>-1,15%</b>	<b>-1,30%</b>

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,43 ponto percentual em relação aos primeiros cinco meses do ano passado. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários elevaram-se em 0,60 ponto percentual. Como resultado, o déficit primário do RGPS aumentou para 1,51% do PIB, 0,17 ponto percentual maior que o mesmo nível registrado nos primeiros cinco meses de 2008.

**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
BRASIL, 2008/2009



## **DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN totalizou R\$ 671,4 bilhões em maio, perfazendo o equivalente a 22,9% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, verificou-se um aumento de R\$ 5,7 bilhões em termos nominais, o que corresponde a 0,1 ponto percentual do PIB. Contribuiu para esse resultado o crescimento de R\$ 5,0 bilhões no estoque total da dívida, interna e externa, e a redução de R\$ 654,3 milhões dos haveres do Tesouro Nacional.

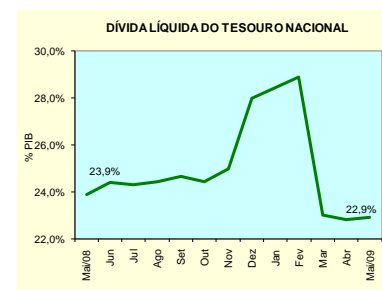
*Em maio, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 671,4 bilhões ou 22,9% do PIB.*

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2008/2009**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008	2009	
	MAI	ABR	MAI
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>594.781</b>	<b>543.876</b>	<b>557.690</b>
I.1. Dívida Interna	1.612.342	1.736.813	1.750.014
I.2. Haveres Internos	1.017.561	1.192.937	1.192.325
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>97.302</b>	<b>121.907</b>	<b>113.759</b>
II.1. Dívida Externa	97.576	122.248	114.058
II.2. Haveres Externos	274	341	299
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>692.082</b>	<b>665.784</b>	<b>671.449</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>23,9%</b>	<b>22,8%</b>	<b>22,9%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



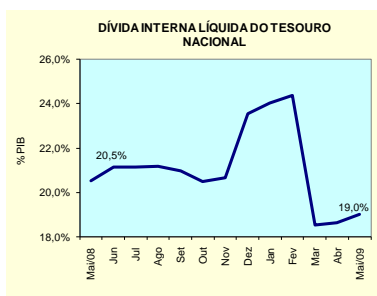
Em comparação ao ano anterior, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional tomada em proporção do PIB reduziu-se em 1,0 ponto percentual, passando de 23,9% em maio de 2008 para 22,9% em maio de 2009. Em termos nominais, houve redução de R\$ 20,6 bilhões no mesmo período, consequência da expansão de R\$ 174,8 bilhões nos Haveres do Tesouro Nacional que mais do que compensou o aumento de R\$ 154,2 bilhões no saldo total da dívida, no mesmo período.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de maio com um saldo de R\$ 557,7 bilhões, perfazendo em percentual do PIB o equivalente a 19,0%. Em comparação ao mês anterior, houve aumento de R\$ 13,8 bilhões em termos nominais e 0,4 p.p. do PIB, como resultado da diminuição de R\$ 612,4 milhões nos Haveres do Tesouro Nacional e aumento de R\$ 13,2 bilhões observada no estoque da dívida interna.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, reduziu 1,5 p.p., passando de 20,5% em maio de 2008 para 19,0% em maio de 2009. Em termos nominais observou-se uma diminuição de R\$ 37,1 bilhões, decorrente do efeito conjugado do aumento

## **Dívida Interna Líquida**

de R\$ 174,8 bilhões nos haveres e do crescimento de R\$ 137,7 bilhões no estoque da dívida interna.



**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2008/2009**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008 MAI	2009 ABR	2009 MAI
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.612.342</b>	<b>1.736.813</b>	<b>1.750.014</b>
I.1. Dívida Mobiliária	1.589.964	1.714.880	1.728.211
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.239.608	1.261.787	1.274.255
DPMFi em Poder do Banco Central	367.345	474.243	475.565
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>2</sup>	(16.988)	(21.150)	(21.609)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.377	21.933	21.803
<b>II. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.017.561</b>	<b>1.192.937</b>	<b>1.192.325</b>
II.1. Disponibilidades Internas	276.783	374.394	376.018
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	425.835	443.840	443.091
II.3. Haveres da Administração Indireta	196.960	208.260	210.281
II.4. Haveres Administrados pela STN	117.982	166.444	162.935
<b>III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>594.781</b>	<b>543.876</b>	<b>557.690</b>
<b>IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>3</sup></b>	<b>20,5%</b>	<b>18,6%</b>	<b>19,0%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

<sup>3</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

Título	R\$ bilhões		
	2008 MAI	2009 ABR	2009 MAI
Em Poder do Público	1.240	1.262	1.274
LFT	439	484	501
LTN	283	187	200
NTN-B	270	316	292
NTN-C	56	58	58
NTN-F	143	173	180
Demais <sup>1</sup>	49	44	43
Aplic. em Tít. Púb.	-17	-21	-22
Na carteira do BCB	367	474	476
<b>Total</b>	<b>1.590</b>	<b>1.715</b>	<b>1.728</b>
<b>% PIB</b>	<b>54,89%</b>	<b>58,75%</b>	<b>58,96%</b>

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi - líquida, principal componente da dívida interna, aumentou, comparativamente ao mês de abril, R\$ 13,3 bilhões em termos nominais (0,5 p.p. em relação ao PIB). Em relação ao ano anterior, o aumento foi de R\$ 138,2 bilhões em termos nominais e de 4,1 p.p. em proporção do PIB, passando de 54,9% para 59,0% do PIB. A variação da DPMFi no mês foi consequência do resgate líquido, que alcançou R\$ 630,1 milhões, parcialmente compensado pela apropriação de juros no valor de R\$ 14,4 bilhões.

Na carteira de títulos em poder do público, houve aumento de R\$ 12,5 bilhões, explicado pela emissão líquida de R\$ 2,4 bilhões mais a apropriação de juros de R\$ 10,0 bilhões. Foram R\$ 40,6 bilhões de emissões e R\$ 38,2 bilhões de resgates. Na carteira do Banco Central, a variação foi de R\$ 1,3 bilhão, resultado dos resgates no montante de R\$ 10,7 bilhões, emissões de R\$ 7,6 bilhões e da apropriação de juros de R\$ 4,4 bilhões.

Em relação à dívida em poder do público, as variações mais expressivas comparadas ao mês anterior ocorreram: i) nos estoques de LTN, com elevação de R\$ 12,6 bilhões, por conta do resgate de R\$ 3,9 bilhões, contra emissões de R\$ 14,8 bilhões, mais a apropriação de juros de R\$ 1,7 bilhão; e ii) nos estoques

*Em maio, a Dívida Interna Líquida totalizou R\$ 557,7 bilhões, equivalentes a 19,0% do PIB.*



de LFT, cuja emissão líquida alcançou R\$ 13,1 bilhões, mais a apropriação de juros de R\$ 3,7 bilhões.

**TABELA 6**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, MAI/2009**

Título	Saldo Abr/09	Fatores de Variação <sup>11</sup>			Saldo Mai/09
		Emissões	Resgates <sup>12</sup>	Juros <sup>13</sup>	
Em poder do público	1.261,8	40,6	-38,2	10,0	1.274,3
LFT	483,9	14,0	-0,9	3,7	500,8
LTN	187,2	14,8	-3,9	1,7	199,8
NTN-B	315,9	5,4	-32,9	3,4	291,9
NTN-C	57,7	0,0	0,0	0,4	58,1
NTN-F	172,5	6,1	0,0	1,7	180,3
Demais <sup>14</sup>	44,5	0,3	-0,5	-0,8	43,4
Na carteira do BCB	474,2	7,6	-10,7	4,4	475,6
<b>Total</b>	<b>1.736,0</b>	<b>48,2</b>	<b>-48,9</b>	<b>14,4</b>	<b>1.749,8</b>

(\*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

<sup>11</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimos) ao saldo da obrigação.

<sup>12</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>13</sup> Refere-se aos juros apropriados por competência.

<sup>14</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os Haveres do Tesouro Nacional diminuiram R\$ 654,3 milhões em relação ao mês anterior, o equivalente a 0,2 p.p. do PIB. Houve aumento nas disponibilidades internas em R\$ 1,6 bilhão e de R\$ 2,0 bilhões nos haveres da Administração Indireta, contra redução nos haveres junto aos governos regionais em R\$ 748,7 milhões e nos haveres administrados pela STN, no total de R\$ 3,5 bilhões.

Em relação aos haveres junto aos governos regionais, as principais variações observadas em relação ao mês anterior, resultaram, principalmente da diminuição dos valores referentes à Lei nº 8.727/93, à antecipação de royalties e à redução dos Bônus Renegociados. No caso dos Bônus Renegociados, a diminuição deve-se à variação cambial do período, além dos pagamentos semestrais ocorridos por conta do fluxo normal desses contratos. Em contraponto, houve aumento nos saldos das dívidas renegociadas no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da MP nº 2.185/01, decorrentes do andamento dos contratos.

Quanto aos haveres administrados pela STN, a redução decorreu das operações estruturadas e de legislação específica, principalmente nos contratos indexados ao dólar, reflexo da desvalorização cambial ocorrida no mês de maio, além dos pagamentos regulares verificados no período.

Em maio, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 113,8 bilhões, contra R\$ 121,9 bilhões em abril de 2009 (redução de R\$ 8,1

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS**  
**BRASIL, 2008/2009**

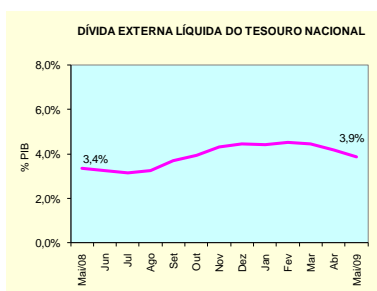
Discriminação	R\$ bilhões		
	2008	2009	
	MAI	ABR	MAI
Lei 9.496/97	299,4	316,5	317,2
MP 2.185/01	46,6	49,9	50,2
Lei 8.727/93	42,6	40,1	39,8
Antecipação de Royalties	12,6	12,0	11,5
Bônus Renegociados	6,7	7,9	7,3
Lei 7.976/89	1,6	1,0	0,8
Demais Haveres	16,3	16,4	16,3
<b>Total</b>	<b>425,8</b>	<b>443,8</b>	<b>443,1</b>
% PIB	14,70%	15,21%	15,12%

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**  
**BRASIL, 2008/2009**

Entidade	R\$ bilhões		
	2008	2009	
	MAI	ABR	MAI
FAT	130,3	136,7	137,0
Fundos Regionais	41,3	46,9	47,5
Demais	25,3	24,8	25,8
<b>Total</b>	<b>197,0</b>	<b>208,3</b>	<b>210,3</b>

**Dívida Externa**  
**Líquida**

bilhões). Em proporção do PIB, passou de 4,2% no mês anterior para 3,9% em maio.



*A Dívida Externa Líquida em maio totalizou R\$ 113,8 bilhões, equivalentes a 3,9% do PIB.*

**TABELA 7**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2008/2009**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008	2009	
	MAI	ABR	MAI
<b>I. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>97.576</b>	<b>122.248</b>	<b>114.058</b>
I.1. Dívida Mobiliária	75.137	94.005	88.518
Euro	10.252	10.808	10.535
Global US\$	53.939	72.325	67.039
Global BRL	10.664	10.565	10.664
Demais	282	307	279
I.2. Dívida Contratual	22.439	28.243	25.540
Organismos Internacionais	18.956	23.898	21.550
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.483	4.345	3.990
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>274</b>	<b>341</b>	<b>299</b>
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	274	341	299
<b>III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>97.302</b>	<b>121.907</b>	<b>113.759</b>
<b>IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>3,4%</b>	<b>4,2%</b>	<b>3,9%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Esse comportamento decorreu basicamente da apreciação da moeda nacional frente às demais moedas que compõem a Dívida Pública Federal Externa. A magnitude dessa variação cambial no mês foi de R\$ 9,7 bilhões. Houve ainda emissão líquida de R\$ 671,7 milhões no período, além de apropriação de juros no valor de R\$ 847,0 milhões. Do estoque total, a dívida mobiliária corresponde a 77,6%, registrando R\$ 88,5 bilhões; e a dívida contratual, que totaliza R\$ 25,5 bilhões, representa 22,4% do total da dívida externa.

**TABELA 8**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, MAI/2009**

Discriminação	Saldo Abr/09	Fatores de Variação <sup>1</sup>				Saldo Mai/09
		R\$ milhões				
		Emissões	Resgates <sup>2</sup>	Juros <sup>3</sup>	Variação Cambial	
<b>Dívida Mobiliária</b>	<b>94.005</b>	<b>1.601</b>	<b>(493)</b>	<b>770</b>	<b>(7.365)</b>	<b>88.518</b>
Global US\$	72.325	1.601	(493)	568	(6.962)	67.039
Euro	10.808	-	-	101	(374)	10.535
Global BRL	10.565	-	-	99	-	10.664
Demais	307	-	-	1	(29)	279
<b>Dívida Contratual</b>	<b>28.243</b>	<b>49</b>	<b>(485)</b>	<b>77</b>	<b>(2.344)</b>	<b>25.540</b>
Org. Internacionais	23.898	33	(442)	58	(1.996)	21.550
Bancos Priv./Ag. Gov.	4.345	16	(43)	20	(348)	3.990
<b>Total</b>	<b>122.248</b>	<b>1.650</b>	<b>(978)</b>	<b>847</b>	<b>(9.709)</b>	<b>114.058</b>

<sup>1</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

<sup>2</sup> Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>3</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 16,5 bilhões em termos nominais, passando de R\$ 97,3 bilhões em maio de 2008 para R\$ 113,8 bilhões em maio de 2009. Em percentual do PIB, o aumento foi de 0,5 p.p.

**Boxe 1 – Brasil abre novo título de 10 anos no mercado externo**

O Tesouro Nacional emitiu, no dia 7 de maio de 2009, seu novo benchmark de 10 anos, o bônus Global 2019, no valor de US\$ 750 milhões. O Bônus de 10 anos foi vendido ao preço de 100,539% do seu valor de face, resultando em *yield* (taxa de retorno para o investidor) de 5,8% a.a.. O spread da operação foi de 252 pontos-base acima do *Treasury* (título do tesouro americano) com vencimento em fevereiro de 2019, o que representa um resultado positivo em relação a outras operações observadas no mercado.

Essa foi a segunda vez que Brasil acessou o mercado externo neste ano, em melhores condições comparadas à emissão de janeiro. Esse fato pode ser entendido como sinal de confiança do mercado em relação à economia brasileira e uma importante sinalização quanto às condições de mercado vigentes.

# **Anexos**

## ***a) Lista de Abreviaturas***

### ***b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

### ***c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A6** – Dívida do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Haveres do Tesouro Nacional

### ***d) Outras Informações***

**Tabela A8** – Investimento do Governo Federal por Órgão até Maio 2009/2008

### ***e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios***

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

### ***Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal***

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### ***Abreviaturas mais comuns da Dívida***

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial



	Mai/2008	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2009
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>60.782,1</b>	<b>57.723,1</b>	<b>59.325,6</b>	<b>65.917,3</b>	<b>59.770,2</b>	<b>61.998,8</b>	<b>66.575,9</b>	<b>80.010,6</b>	<b>43.733,7</b>	<b>55.925,3</b>	<b>59.299,7</b>	<b>60.705,3</b>	<b>63.750,0</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	44.534,4	41.049,4	42.385,8	49.466,0	42.291,3	44.535,3	49.654,8	52.163,7	27.880,1	39.499,1	39.241,6	42.040,3	45.172,6
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-27,3	-27,5
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.588,4	1.659,5	1.577,0	1.216,3	1.963,7	1.753,6	1.175,8	2.136,9	1.576,7	1.121,6	2.318,8	1.878,7	1.171,0
I.4 - Receita das Operações de Crédito	141,9	127,4	134,7	248,4	180,3	299,2	102,8	326,0	96,3	144,7	170,9	250,9	465,1
I.5 - Receita do Salário Educação	735,8	755,4	794,3	777,3	816,8	810,6	807,0	826,7	1.419,6	819,9	805,1	835,2	799,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	13.781,5	14.131,4	14.433,8	14.209,3	14.518,2	14.600,1	14.835,4	24.557,4	12.761,1	14.339,9	16.763,2	15.727,4	16.168,9
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>56.291,7</b>	<b>60.641,5</b>	<b>64.255,8</b>	<b>49.005,2</b>	<b>54.756,8</b>	<b>48.764,0</b>	<b>67.037,4</b>	<b>61.135,6</b>	<b>83.601,0</b>	<b>60.569,9</b>	<b>59.526,3</b>	<b>59.860,4</b>	<b>72.337,3</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>13.907,4</b>	<b>11.332,5</b>	<b>11.274,5</b>	<b>14.217,2</b>	<b>11.648,5</b>	<b>12.292,7</b>	<b>16.506,4</b>	<b>15.469,4</b>	<b>16.839,7</b>	<b>17.307,7</b>	<b>12.954,8</b>	<b>15.430,6</b>	<b>19.443,4</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	9.585,5	8.292,8	7.572,0	9.181,7	8.122,5	7.754,2	9.720,2	12.222,9	10.064,2	9.374,9	7.487,6	8.862,8	10.586,6
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.894,5	661,4	1.129,6	2.434,1	848,1	1.178,1	2.636,2	671,8	1.851,7	3.054,4	1.473,3	1.451,1	3.000,5
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	1.595,3	1.329,8	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.265,0	2.215,8	2.410,4	2.438,9	2.515,5	2.547,9	2.554,7	1.244,9	4.761,4	4.715,9	3.831,4	4.954,1	5.693,8
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>42.384,2</b>	<b>49.309,0</b>	<b>52.981,3</b>	<b>34.788,0</b>	<b>43.108,3</b>	<b>36.471,2</b>	<b>50.531,0</b>	<b>45.666,2</b>	<b>66.761,3</b>	<b>43.262,2</b>	<b>46.571,5</b>	<b>44.429,8</b>	<b>52.894,0</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.844,5	13.571,2	10.926,4	10.536,1	11.035,2	11.537,6	17.444,8	14.171,8	17.553,0	12.168,4	12.491,6	11.815,7	12.082,0
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.624,5	636,3	3.254,8	1.434,0	45,0	0,8	81,2	493,5	2.565,4	810,5	559,5	1.209,3	2.514,4
i) Dívida Contratual Interna	96,0	104,0	96,3	101,0	102,5	101,8	62,1	72,1	52,0	103,2	109,7	105,8	90,9
ii) Dívida Contratual Externa	1.528,5	532,3	3.158,5	1.333,1	-57,5	-100,9	19,2	421,5	2.513,4	707,3	449,8	1.103,5	2.423,4
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	6.501,4	6.852,7	11.019,1	2.761,5	4.387,0	2.152,2	6.041,4	5.387,0	16.229,6	3.022,2	5.273,7	2.025,2	8.698,6
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	14.903,9	18.397,7	18.233,1	12.160,9	18.904,3	12.765,2	16.377,2	10.909,6	22.525,6	18.317,4	16.804,5	17.438,8	17.018,7
II.2.5 - Custeio e Investimento	8.246,5	9.677,6	9.240,9	7.740,9	8.548,5	9.525,9	10.328,3	14.293,5	7.285,3	8.792,1	11.210,9	11.649,5	12.032,7
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	263,4	173,6	307,1	154,5	188,2	489,6	258,1	410,8	602,4	151,6	231,3	291,3	547,6
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>4.490,5</b>	<b>-2.918,4</b>	<b>-4.930,3</b>	<b>16.912,2</b>	<b>5.013,4</b>	<b>13.234,8</b>	<b>-461,5</b>	<b>18.875,0</b>	<b>-39.867,3</b>	<b>-4.644,5</b>	<b>-226,7</b>	<b>844,9</b>	<b>-8.587,4</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>18.621,8</b>	<b>38.064,0</b>	<b>21.375,8</b>	<b>19.965,2</b>	<b>8.888,4</b>	<b>10.107,0</b>	<b>13.618,9</b>	<b>68.171,1</b>	<b>31.781,5</b>	<b>20.741,7</b>	<b>21.692,9</b>	<b>19.436,5</b>	<b>38.493,2</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	17.342,4	36.991,6	20.699,5	19.202,7	7.777,9	9.243,1	12.867,2	66.843,8	30.903,9	19.221,0	20.435,4	17.964,8	37.125,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.279,4	1.072,4	676,3	762,5	1.110,5	863,9	751,7	1.327,3	877,6	1.520,7	1.257,5	1.471,7	1.367,9
<b>V. DESPESAS</b>	<b>2.041,4</b>	<b>20.603,6</b>	<b>65.622,6</b>	<b>3.966,6</b>	<b>18.412,7</b>	<b>26.669,0</b>	<b>2.555,5</b>	<b>21.618,0</b>	<b>74.620,5</b>	<b>3.176,1</b>	<b>26.033,9</b>	<b>27.850,0</b>	<b>27.051,0</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	1.367,6	20.347,7	64.595,9	3.220,7	18.278,5	26.556,3	2.466,0	21.462,8	72.765,0	1.346,6	25.548,1	27.245,3	24.966,6
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	1.220,6	20.195,3	64.450,9	3.068,5	18.126,1	26.385,2	2.273,6	21.277,0	72.670,4	1.167,8	25.328,3	27.061,8	24.787,4
V.1.2 - Dívida Contratual	147,0	152,4	145,0	152,1	152,5	171,1	192,4	185,8	94,6	178,8	219,8	183,5	179,2
V.2 - Amortização da Dívida Externa	673,8	255,8	1.026,7	745,9	134,2	112,8	89,4	155,1	1.855,4	1.829,4	485,8	604,7	2.084,4
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>16.121,8</b>	<b>16.796,2</b>	<b>-43.751,3</b>	<b>16.134,2</b>	<b>-10.348,2</b>	<b>-17.142,1</b>	<b>10.593,6</b>	<b>45.566,8</b>	<b>-41.766,5</b>	<b>18.053,3</b>	<b>-4.892,8</b>	<b>-9.097,0</b>	<b>12.338,0</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>3.753,4</b>	<b>26.244,5</b>	<b>-26.698,7</b>	<b>2.822,9</b>	<b>5.596,3</b>	<b>1.112,2</b>	<b>482,9</b>	<b>31.992,5</b>	<b>-35.790,1</b>	<b>832,7</b>	<b>14.218,4</b>	<b>-8.392,9</b>	<b>178,4</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>24.824,2</b>	<b>40.786,6</b>	<b>-75.875,7</b>	<b>35.733,8</b>	<b>1.085,4</b>	<b>-2.215,0</b>	<b>11.084,8</b>	<b>97.420,6</b>	<b>-118.496,4</b>	<b>13.753,8</b>	<b>9.650,8</b>	<b>-15.961,6</b>	<b>3.033,2</b>

**TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Mai/2008	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2009
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>5.753,4</b>	<b>26.244,5</b>	<b>2.301,3</b>	<b>4.022,9</b>	<b>5.596,3</b>	<b>17.412,2</b>	<b>2.682,9</b>	<b>31.992,5</b>	<b>1.709,9</b>	<b>1.832,7</b>	<b>14.218,4</b>	<b>3.107,1</b>	<b>10.978,4</b>
I.1. Emissão de Títulos	3.265,8	23.126,4	0,0	1.496,8	0,0	15.896,9	0,0	29.469,3	0,0	0,0	11.577,4	0,0	7.585,4
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.360,7	2.979,1	2.191,3	2.312,3	2.163,4	1.357,3	2.401,8	2.274,9	1.579,6	1.666,3	2.501,1	2.954,9	3.223,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	126,8	139,1	110,1	213,8	183,8	157,9	281,1	248,3	130,2	166,4	140,0	152,2	170,0
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	3.249,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>2.000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>29.000,0</b>	<b>1.200,0</b>	<b>0,0</b>	<b>16.300,0</b>	<b>2.200,0</b>	<b>0,0</b>	<b>37.500,0</b>	<b>1.000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>11.500,0</b>	<b>10.800,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	0,0	0,0	23.500,0	693,5	0,0	16.300,0	0,0	0,0	30.000,0	0,0	0,0	11.000,0	7.880,7
II.2. Encargos da DPMF	2.000,0	0,0	5.500,0	506,5	0,0	0,0	2.200,0	0,0	7.500,0	1.000,0	0,0	500,0	2.919,3
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>3.753,4</b>	<b>26.244,5</b>	<b>-26.698,7</b>	<b>2.822,9</b>	<b>5.596,3</b>	<b>1.112,2</b>	<b>482,9</b>	<b>31.992,5</b>	<b>-35.790,1</b>	<b>832,7</b>	<b>14.218,4</b>	<b>-8.392,9</b>	<b>178,4</b>

\* Dados revistos, sujeitos a alteração.



TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) \*

R\$ milhões

	Mai/2008	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2009
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	1,6	1,0	46,0	1,0	29,9	133,3	60,3	3,1	105,4	71,8	2,8	2,4	1,8
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	0,9	0,5	2,8	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	15,7	0,0	-0,1	0,1	-118,8
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	61,5	-36,9	59,0	-5,8	-16,1	-22,1	206,1	125,1	249,5	130,4	219,5	317,8	99,2
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	3,5	0,1	2,3	8,5	0,1	0,1	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-78,5	-56,9	-0,1	-30,8	-36,2	-62,4	132,4	76,0	140,7	86,9	119,5	227,3	29,5
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	140,0	20,0	59,0	25,0	20,0	40,3	70,2	49,0	106,5	35,0	100,0	90,4	69,6
<b>IV. PRONAF</b>	20,4	49,1	85,6	-2,1	18,8	189,6	25,9	140,5	222,8	7,2	2,6	8,0	106,9
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	14,8	7,6	74,0	12,7	13,2	102,3	42,1	9,9	630,9	439,6	436,6	429,9	425,0
IV.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	5,6	41,5	11,5	-14,8	5,6	87,3	-16,2	130,5	31,4	4,2	-4,0	3,1	-2,7
<b>V. PROEX</b>	66,3	-12,9	51,5	-27,9	44,6	32,2	58,5	-50,5	89,9	-110,3	33,6	9,4	18,6
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	14,6	0,9	34,9	26,6	25,9	47,2	25,3	0,8	424,4	335,5	334,6	298,7	239,3
V.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	51,7	-13,8	16,6	-54,6	18,7	-15,1	33,1	-51,3	1,1	-111,2	-2,3	-50,0	-8,6
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)<sup>2</sup></b>	7,5	91,1	57,5	8,6	2,1	1,1	32,3	187,4	0,0	0,0	0,0	27,5	27,5
<b>VII. CACAU</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	0,0	135,4	146,6	0,0	0,0	1,4	0,0	48,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>X. FUNDO DA TERRA/ INCRA<sup>1</sup></b>	24,8	76,9	89,7	48,9	119,5	115,7	138,1	233,0	66,2	58,1	50,4	75,6	26,5
<b>XI. FUNCAFÉ</b>	1,0	7,5	0,6	0,3	1,6	0,9	1,4	3,7	21,0	4,0	3,9	3,3	7,3
<b>XII. REVITALIZA</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	32,8
<b>XIII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)<sup>1</sup></b>	-69,7	-54,2	586,5	-1.670,8	-9,7	107,3	-30,9	-19,5	-16,9	-26,6	-2.017,6	-11,5	-20,3
<b>XIV. TOTAL</b>	114,3	257,5	1.125,6	-1.647,4	190,6	559,6	491,8	671,6	753,6	134,6	-1.704,7	432,8	182,2

\* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

<sup>1</sup> Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>2</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mai/08	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/09
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>594.780,9</b>	<b>622.143,9</b>	<b>625.730,9</b>	<b>625.853,6</b>	<b>624.506,8</b>	<b>614.743,6</b>	<b>618.211,8</b>	<b>699.217,7</b>	<b>711.250,2</b>	<b>715.153,6</b>	<b>540.251,0</b>	<b>543.876,3</b>	<b>557.689,7</b>
<b>I.1. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.612.341,6</b>	<b>1.675.479,3</b>	<b>1.607.106,6</b>	<b>1.630.174,4</b>	<b>1.635.168,2</b>	<b>1.640.490,7</b>	<b>1.660.273,7</b>	<b>1.764.096,5</b>	<b>1.685.118,5</b>	<b>1.714.351,9</b>	<b>1.751.401,5</b>	<b>1.736.813,5</b>	<b>1.750.014,5</b>
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2
DPMFi em Poder do Banco Central	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2
Demais Obrigações Internas	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2
<b>I.2. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.017.560,6</b>	<b>1.053.335,5</b>	<b>981.375,7</b>	<b>1.004.320,8</b>	<b>1.010.661,3</b>	<b>1.025.747,1</b>	<b>1.042.061,9</b>	<b>1.064.878,8</b>	<b>973.868,4</b>	<b>999.198,3</b>	<b>1.211.150,5</b>	<b>1.192.937,2</b>	<b>1.192.324,8</b>
Disponibilidades Internas	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.393,5	376.017,7
Haveres junto aos Governos Regionais	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1
Haveres da Administração Indireta	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.251,0	205.422,4	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.281,3
Haveres Administrados pela STN	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>97.301,5</b>	<b>95.817,2</b>	<b>93.260,1</b>	<b>96.053,5</b>	<b>110.044,8</b>	<b>118.724,4</b>	<b>129.555,8</b>	<b>132.187,0</b>	<b>130.836,8</b>	<b>133.223,7</b>	<b>130.070,3</b>	<b>121.907,4</b>	<b>113.759,3</b>
<b>II.1. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>97.575,7</b>	<b>96.112,1</b>	<b>93.514,9</b>	<b>96.320,8</b>	<b>110.364,4</b>	<b>119.084,6</b>	<b>129.984,2</b>	<b>132.512,2</b>	<b>131.143,7</b>	<b>133.599,5</b>	<b>130.450,1</b>	<b>122.247,9</b>	<b>114.057,9</b>
Dívida Mobiliária	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7
Dívida Contratual	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2
<b>II.2. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>274,1</b>	<b>295,0</b>	<b>254,8</b>	<b>267,2</b>	<b>319,5</b>	<b>360,2</b>	<b>428,4</b>	<b>325,2</b>	<b>306,8</b>	<b>375,8</b>	<b>379,8</b>	<b>340,5</b>	<b>298,7</b>
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>692.082,5</b>	<b>717.961,0</b>	<b>718.991,0</b>	<b>721.907,1</b>	<b>734.551,6</b>	<b>733.468,0</b>	<b>747.767,6</b>	<b>831.404,7</b>	<b>842.087,0</b>	<b>848.377,3</b>	<b>670.321,3</b>	<b>665.783,7</b>	<b>671.449,0</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>23,9%</b>	<b>24,4%</b>	<b>24,3%</b>	<b>24,4%</b>	<b>24,6%</b>	<b>24,4%</b>	<b>25,0%</b>	<b>28,0%</b>	<b>28,4%</b>	<b>28,9%</b>	<b>23,0%</b>	<b>22,8%</b>	<b>22,9%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

<sup>2</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mai/2009	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2009
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.612.341,6</b>	<b>1.675.479,3</b>	<b>1.607.106,6</b>	<b>1.630.174,4</b>	<b>1.635.168,2</b>	<b>1.640.490,7</b>	<b>1.660.273,7</b>	<b>1.764.096,5</b>	<b>1.685.118,5</b>	<b>1.714.351,9</b>	<b>1.751.401,5</b>	<b>1.736.813,5</b>	<b>1.750.014,5</b>
<b>I.1. DPMFI EM PODER DO PÚBLICO<sup>1</sup></b>	<b>1.239.608,0</b>	<b>1.247.289,8</b>	<b>1.204.404,8</b>	<b>1.223.194,9</b>	<b>1.224.735,1</b>	<b>1.226.272,2</b>	<b>1.244.393,7</b>	<b>1.264.823,3</b>	<b>1.221.097,0</b>	<b>1.247.398,7</b>	<b>1.267.793,9</b>	<b>1.261.787,1</b>	<b>1.274.255,2</b>
LFT	439.055,9	429.755,1	443.454,3	451.294,9	437.680,8	444.700,2	455.979,6	453.131,4	470.624,3	482.269,0	471.368,1	483.897,7	500.767,9
LTN	282.701,9	287.882,0	226.629,7	232.314,2	238.952,8	223.739,5	229.185,0	239.143,0	178.147,5	188.118,3	212.314,6	187.246,1	199.825,5
NTN-B	269.988,9	276.941,7	283.994,5	285.561,7	289.519,7	293.054,3	290.260,5	298.888,3	304.538,4	306.455,2	311.249,8	315.888,4	291.850,7
NTN-C	56.087,9	57.654,0	57.396,2	57.181,0	57.578,7	58.042,0	58.705,1	59.116,7	57.533,5	58.074,4	57.985,4	57.716,9	58.078,5
NTN-F	142.544,8	145.770,1	145.323,2	152.325,3	158.098,4	162.572,9	164.189,2	168.021,5	164.264,0	166.110,4	169.172,6	172.541,6	180.324,9
Dívida Securitizada	20.511,7	20.610,2	19.793,0	16.295,2	13.236,6	13.399,9	13.912,7	15.089,3	14.959,9	14.902,3	14.766,3	14.709,8	14.829,8
Demais Títulos em Poder do Público	28.716,9	28.676,7	27.813,9	28.222,6	29.668,1	30.763,2	32.161,6	31.432,9	31.029,3	31.469,1	30.937,2	29.786,6	28.577,8
<b>I.2. DPMFI EM PODER DO BANCO CENTRAL</b>	<b>367.344,7</b>	<b>423.664,7</b>	<b>398.581,9</b>	<b>402.357,0</b>	<b>406.314,7</b>	<b>410.149,2</b>	<b>412.005,8</b>	<b>494.310,9</b>	<b>462.366,3</b>	<b>465.516,4</b>	<b>482.112,0</b>	<b>474.243,2</b>	<b>475.565,3</b>
LFT	102.912,6	121.691,7	122.995,2	125.749,3	127.136,1	139.587,9	141.013,3	187.345,5	189.309,2	190.929,0	198.923,8	200.594,8	206.040,9
LTN	138.801,0	150.946,6	125.443,1	126.635,6	127.866,9	116.891,7	117.971,9	131.148,6	98.927,1	99.801,8	106.362,5	95.271,1	99.951,2
Demais Títulos na Carteira do BCB	125.631,1	151.026,4	150.143,6	149.972,1	151.311,7	153.669,6	153.020,6	175.816,8	174.130,0	174.785,6	176.825,7	178.377,3	169.573,1
<b>I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>-16.988,4</b>	<b>-17.892,0</b>	<b>-18.373,8</b>	<b>-17.941,2</b>	<b>-18.360,0</b>	<b>-18.359,0</b>	<b>-18.594,1</b>	<b>-17.453,7</b>	<b>-20.678,5</b>	<b>-20.778,2</b>	<b>-20.606,8</b>	<b>-21.150,0</b>	<b>-21.609,2</b>
<b>I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS</b>	<b>22.377,3</b>	<b>22.416,8</b>	<b>22.493,7</b>	<b>22.563,6</b>	<b>22.478,4</b>	<b>22.428,4</b>	<b>22.468,4</b>	<b>22.416,0</b>	<b>22.333,8</b>	<b>22.215,1</b>	<b>22.102,4</b>	<b>21.933,1</b>	<b>21.803,2</b>
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>97.575,7</b>	<b>96.112,1</b>	<b>93.514,9</b>	<b>96.320,8</b>	<b>110.364,4</b>	<b>119.084,6</b>	<b>129.984,2</b>	<b>132.512,2</b>	<b>131.143,7</b>	<b>133.599,5</b>	<b>130.450,1</b>	<b>122.247,9</b>	<b>114.057,9</b>
<b>II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>75.136,7</b>	<b>74.144,6</b>	<b>71.923,9</b>	<b>74.022,9</b>	<b>84.596,8</b>	<b>90.883,2</b>	<b>99.035,5</b>	<b>100.924,9</b>	<b>100.030,7</b>	<b>102.037,1</b>	<b>100.147,8</b>	<b>94.004,8</b>	<b>88.517,7</b>
Euro	10.251,9	10.103,7	9.925,1	9.812,4	10.869,3	10.945,2	12.132,9	13.359,3	12.055,8	12.038,3	12.357,9	10.808,1	10.534,9
Global US\$	53.938,7	53.000,9	51.456,9	53.556,5	62.963,4	69.042,0	75.871,7	76.433,3	77.339,1	79.252,4	76.999,5	72.325,0	67.039,4
Global BRL	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0
Demais Títulos Externos	282,1	276,9	273,9	287,1	298,1	331,0	366,9	369,3	367,8	379,4	324,4	306,8	279,4
<b>II.2. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>22.439,0</b>	<b>21.967,6</b>	<b>21.591,1</b>	<b>22.297,9</b>	<b>25.767,5</b>	<b>28.201,5</b>	<b>30.948,7</b>	<b>31.587,4</b>	<b>31.113,0</b>	<b>31.562,4</b>	<b>30.302,3</b>	<b>28.243,0</b>	<b>25.540,2</b>
Organismos Multilaterais	18.956,1	18.461,6	18.141,4	18.719,6	21.565,9	23.666,4	25.864,6	26.514,2	26.066,7	26.511,7	25.463,3	23.897,7	21.550,4
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.482,9	3.505,9	3.449,7	3.578,3	4.201,6	4.535,1	5.084,1	5.073,2	5.046,3	5.050,7	4.839,0	4.345,3	3.989,9
<b>III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.709.917,2</b>	<b>1.771.591,5</b>	<b>1.700.621,5</b>	<b>1.726.495,1</b>	<b>1.745.532,5</b>	<b>1.759.575,4</b>	<b>1.790.257,9</b>	<b>1.896.608,7</b>	<b>1.816.262,2</b>	<b>1.847.951,5</b>	<b>1.881.851,6</b>	<b>1.859.061,3</b>	<b>1.864.072,4</b>
<b>DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>59,0%</b>	<b>60,2%</b>	<b>57,5%</b>	<b>58,4%</b>	<b>58,6%</b>	<b>58,6%</b>	<b>59,8%</b>	<b>63,8%</b>	<b>61,4%</b>	<b>62,9%</b>	<b>64,6%</b>	<b>63,7%</b>	<b>63,6%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mai/2009	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2009
<b>I. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.017.560,6</b>	<b>1.053.335,5</b>	<b>981.375,7</b>	<b>1.004.320,8</b>	<b>1.010.661,3</b>	<b>1.025.747,1</b>	<b>1.042.061,9</b>	<b>1.064.878,8</b>	<b>973.868,4</b>	<b>999.198,3</b>	<b>1.211.150,5</b>	<b>1.192.937,2</b>	<b>1.192.324,8</b>
<b>I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS</b>	<b>276.783,1</b>	<b>301.565,4</b>	<b>222.228,1</b>	<b>237.701,5</b>	<b>232.999,0</b>	<b>233.664,4</b>	<b>236.939,8</b>	<b>255.437,2</b>	<b>166.237,7</b>	<b>182.233,3</b>	<b>385.985,3</b>	<b>374.393,5</b>	<b>376.017,7</b>
<b>I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS</b>	<b>425.835,1</b>	<b>432.146,2</b>	<b>439.178,9</b>	<b>444.230,9</b>	<b>443.603,9</b>	<b>446.713,7</b>	<b>452.542,1</b>	<b>451.960,3</b>	<b>450.168,0</b>	<b>450.193,7</b>	<b>448.267,0</b>	<b>443.839,8</b>	<b>443.091,1</b>
Bônus Renegociados	6.671,3	6.487,0	6.351,6	6.618,2	7.757,4	8.171,8	9.012,7	9.019,1	8.864,6	9.078,5	8.856,4	7.948,9	7.311,1
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.975,0	2.951,5	2.930,9	2.908,9	2.887,5	2.868,6	2.844,5	2.822,9	2.800,8	2.773,4	2.750,7	2.724,1	2.697,3
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.572,3	10.748,1	10.927,7	11.026,2	11.002,2	11.017,5	11.113,0	11.096,0	11.071,2	11.047,3	11.022,1	10.996,9	10.975,9
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.573,5	1.257,6	1.226,0	1.239,0	1.343,8	1.411,3	1.449,1	1.102,9	1.068,2	1.061,8	1.016,7	955,5	845,9
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	42.587,5	42.464,0	42.372,9	42.276,3	42.050,3	41.873,0	41.761,1	41.562,9	41.366,3	41.048,4	40.418,0	40.129,3	39.772,4
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	299.413,5	305.084,1	311.026,1	314.951,9	313.672,6	316.152,6	320.177,9	320.256,3	319.145,6	319.776,9	319.045,3	316.521,0	317.173,7
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	46.633,4	47.570,7	48.587,9	49.380,0	49.143,2	49.399,1	50.201,2	50.141,2	50.076,5	50.348,6	50.223,3	49.883,1	50.168,4
Antecipação de Royalties	12.645,7	12.833,4	13.015,1	13.077,3	12.955,3	12.995,3	13.110,1	13.079,5	12.943,0	12.226,0	12.160,2	11.979,3	11.509,3
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.763,0	2.749,8	2.740,5	2.753,1	2.791,5	2.824,5	2.872,6	2.879,5	2.831,8	2.832,9	2.774,3	2.701,9	2.637,2
<b>I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>196.960,4</b>	<b>198.780,3</b>	<b>198.694,2</b>	<b>199.495,2</b>	<b>201.410,8</b>	<b>203.994,2</b>	<b>206.317,9</b>	<b>210.251,0</b>	<b>205.422,4</b>	<b>210.080,2</b>	<b>207.972,7</b>	<b>208.259,8</b>	<b>210.281,3</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	130.270,5	130.822,2	129.479,8	130.746,2	132.044,7	133.553,8	134.930,6	136.995,3	134.762,1	136.047,0	136.603,2	136.653,7	136.977,2
Fundos Constitucionais Regionais	41.341,8	41.789,2	42.346,9	42.781,2	43.323,7	43.940,2	44.385,5	44.935,7	45.387,3	45.844,7	46.387,0	46.854,4	47.458,6
Fundos Diversos	25.348,0	26.168,9	26.867,5	25.967,8	26.042,4	26.500,3	27.001,8	28.320,0	25.273,0	28.188,6	24.982,5	24.751,7	25.845,5
<b>I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN</b>	<b>117.982,1</b>	<b>120.843,6</b>	<b>121.274,5</b>	<b>122.893,2</b>	<b>132.647,6</b>	<b>141.374,7</b>	<b>146.262,1</b>	<b>147.230,3</b>	<b>152.040,3</b>	<b>156.691,1</b>	<b>168.925,4</b>	<b>166.444,0</b>	<b>162.934,6</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.536,8	5.540,2	5.542,0	5.545,1	5.544,8	5.551,3	5.554,0	5.556,7	5.559,0	5.561,1	5.559,3	5.561,2	5.563,4
Haveres de Operações Estruturadas	43.860,1	44.103,4	44.310,9	44.923,5	46.655,0	48.138,5	49.751,7	50.075,7	50.004,3	53.984,2	53.687,3	52.676,1	51.367,9
Haveres Originários de Privatizações	7.072,7	7.074,2	7.077,4	7.079,9	7.423,1	7.427,3	7.429,6	7.433,2	7.428,9	7.421,6	7.405,8	7.410,5	7.404,2
Haveres de Legislação Específica	35.103,2	37.798,8	38.078,5	38.880,5	45.973,0	52.746,0	55.090,1	55.368,0	60.155,2	60.719,3	73.308,8	72.214,6	70.801,8
Demais Haveres Administrados pela STN	26.409,2	26.327,0	26.265,6	26.464,2	27.051,7	27.511,7	28.436,6	28.796,6	28.892,9	29.004,9	28.964,3	28.581,6	27.797,2
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>274,1</b>	<b>295,0</b>	<b>254,8</b>	<b>267,2</b>	<b>319,5</b>	<b>360,2</b>	<b>428,4</b>	<b>325,2</b>	<b>306,8</b>	<b>375,8</b>	<b>379,8</b>	<b>340,5</b>	<b>298,7</b>
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7
<b>III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.017.834,8</b>	<b>1.053.630,4</b>	<b>981.630,5</b>	<b>1.004.588,1</b>	<b>1.010.980,9</b>	<b>1.026.107,4</b>	<b>1.042.490,3</b>	<b>1.065.204,0</b>	<b>974.175,2</b>	<b>999.574,2</b>	<b>1.211.530,3</b>	<b>1.193.277,7</b>	<b>1.192.623,4</b>
<b>HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>35,1%</b>	<b>35,8%</b>	<b>33,2%</b>	<b>34,0%</b>	<b>33,9%</b>	<b>34,2%</b>	<b>34,9%</b>	<b>35,9%</b>	<b>32,9%</b>	<b>34,0%</b>	<b>41,6%</b>	<b>40,9%</b>	<b>40,7%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO MAIO 2009/2008 \***

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2008						2009					
	Dotação autorizada no ano <sup>2</sup>	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>3</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total
Câmara dos Deputados	364.418,1	5.721,9	267,4	262,7	4.073,9	4.336,6	273.212,6	17.690,4	615,0	606,8	16.039,4	16.646,2
Senado Federal	75.801,6	6.785,9	659,6	611,1	7.083,4	7.694,5	47.287,9	9.245,7	1.146,7	991,7	3.057,5	4.049,2
Tribunal de Contas da União	61.538,6	1.671,0	114,1	114,1	14.855,7	14.969,8	44.069,8	2.691,5	247,5	247,5	9.626,5	9.874,0
Supremo Tribunal Federal	69.118,6	1.136,9	72,5	72,1	33.405,5	33.477,7	69.559,6	3.525,2	933,7	933,7	22.929,0	23.862,7
Superior Tribunal de Justiça	15.409,6	2.388,9	92,8	92,7	11.282,6	11.375,3	14.385,0	3.299,8	2.116,0	2.082,7	7.580,8	9.663,5
Justiça Federal <sup>4</sup>	262.004,2	217.629,3	177.194,6	176.514,4	79.870,0	256.384,4	283.878,4	273.450,1	237.128,2	236.988,9	66.561,3	303.550,2
Justiça Militar	7.439,7	96,7	28,1	25,1	1.073,7	1.098,8	10.665,7	1.825,4	140,8	139,0	921,1	1.060,1
Justiça Eleitoral	290.388,9	150.332,4	19.300,3	18.404,0	52.032,8	70.436,8	168.302,9	71.784,6	2.239,3	2.131,4	82.256,9	84.388,3
Justiça do Trabalho	168.489,6	16.487,5	2.007,8	1.939,7	78.610,7	80.550,4	224.449,0	44.605,5	6.701,0	6.376,4	85.900,6	92.276,9
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	32.596,9	8.573,6	1.973,3	1.871,4	36.144,8	38.016,2	62.496,0	24.810,1	2.059,5	2.010,1	13.808,1	15.818,2
Presidência da República <sup>5</sup>	1.275.291,6	163.914,1	23.635,8	23.610,1	101.672,0	125.282,1	1.792.968,1	341.166,7	19.270,2	19.137,7	215.370,3	234.508,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	51.991,4	389,9	64,9	61,3	9.923,9	9.985,2	389.018,3	19.979,1	544,1	542,7	15.834,0	16.376,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	762.759,4	2.881,4	176,1	85,1	172.310,2	172.395,3	1.169.200,4	34.248,2	8.980,0	8.244,7	148.969,5	157.214,2
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.174.201,6	114.648,5	32.515,9	28.105,5	122.118,8	150.224,4	1.476.637,5	367.356,3	218.472,5	113.150,1	163.950,0	277.100,2
Ministério da Fazenda	482.410,6	10.276,0	882,1	879,6	58.288,7	59.168,3	497.576,6	38.880,6	12.114,0	12.109,5	39.034,2	51.143,6
Ministério da Educação	2.857.114,1	431.967,7	18.039,7	16.328,5	752.175,9	768.504,4	4.690.497,6	648.515,6	84.050,0	77.857,5	843.526,0	921.383,5
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	196.374,7	1.280,5	133,3	133,3	21.505,2	21.638,5	171.921,0	8.940,5	5.684,7	4.939,2	8.202,2	13.141,4
Ministério da Justiça	1.328.650,0	76.344,1	1.747,0	1.736,4	130.000,8	131.737,1	906.476,7	104.794,5	6.716,8	6.674,2	193.650,4	200.324,6
Ministério de Minas e Energia	64.891,2	7.015,4	377,4	351,6	11.691,2	12.042,7	67.664,4	11.944,5	5.626,1	4.919,5	13.357,6	18.277,1
Ministério da Previdência Social	141.628,2	11.325,3	1.788,4	1.506,0	28.279,0	29.785,0	239.477,7	10.538,6	612,1	192,7	60.008,3	60.201,0
Ministério Público da União	165.849,4	7.144,4	33,5	33,2	73.666,5	73.699,7	149.092,1	12.162,6	428,3	425,0	55.109,3	55.534,4
Ministério das Relações Exteriores	38.569,2	1.421,0	1.389,3	1.389,3	919,8	2.309,1	122.416,0	7.001,9	6.324,5	6.324,5	1.665,5	7.990,0
Ministério da Saúde	3.365.416,1	469.983,4	8.633,7	8.421,0	478.858,0	487.279,1	3.645.624,5	140.428,5	39.422,3	37.659,5	607.625,4	645.284,9
Ministério do Trabalho e Emprego	114.577,1	778,5	75,9	75,2	3.705,2	3.780,4	82.768,4	361,4	224,7	224,2	7.766,8	7.991,0
Ministério dos Transportes	9.564.439,6	2.536.996,2	118.790,0	117.945,6	1.818.216,5	1.936.162,1	10.945.760,8	5.036.865,4	503.414,5	471.628,1	1.866.680,1	2.338.308,3
Ministério das Comunicações	39.184,4	232,6	3,3	3,3	12.361,5	12.364,8	82.929,8	689,5	286,0	286,0	17.699,0	17.985,0
Ministério da Cultura	252.914,0	7.832,0	61,5	41,5	55.570,6	55.612,1	228.897,1	25.377,3	613,2	601,7	37.424,9	38.026,7
Ministério do Meio Ambiente	170.059,6	1.433,1	371,4	371,4	16.656,4	17.027,8	133.762,0	2.650,6	677,0	674,1	15.698,9	16.373,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.887.082,2	210.891,3	4.213,7	4.213,7	259.084,8	263.298,5	2.230.924,6	486.556,9	288.167,6	288.167,6	153.317,2	441.484,9
Ministério do Esporte	894.318,3	19,6	3,7	3,7	45.036,2	45.039,9	1.006.549,9	7.225,6	134,4	134,4	54.570,3	54.704,6
Ministério da Defesa	4.452.729,7	883.169,4	95.363,3	88.920,0	568.092,7	657.012,7	4.774.843,3	1.026.317,6	344.219,5	318.526,9	740.546,8	1.059.073,7
Ministério da Integração Nacional	4.894.985,1	722.566,7	6.016,4	5.981,9	563.292,0	569.274,0	5.802.948,3	1.568.034,4	88.340,6	87.203,5	650.042,0	737.245,5
Ministério do Turismo	2.011.089,6	77.771,8	4,6	4,6	96.952,5	96.957,1	2.107.212,6	83.415,0	5.200,5	5.200,5	140.595,4	145.796,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	177.913,7	36.030,0	132,0	132,0	21.488,9	21.620,8	256.025,5	50.111,0	40.105,5	40.033,5	46.468,6	86.502,1
Ministério das Cidades	5.536.903,4	1.040.907,8	11.236,2	6.333,2	1.184.465,8	1.190.799,0	8.561.941,1	1.726.782,0	222.872,8	207.059,3	906.209,8	1.113.269,1
<b>TOTAL</b>	<b>43.248.550,0</b>	<b>7.228.044,7</b>	<b>527.399,5</b>	<b>506.574,5</b>	<b>6.924.766,3</b>	<b>7.431.340,7</b>	<b>52.731.441,5</b>	<b>12.213.272,7</b>	<b>2.155.829,6</b>	<b>1.964.425,0</b>	<b>7.312.003,5</b>	<b>9.276.428,5</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

<sup>1</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>3</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

<sup>4</sup> Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

<sup>5</sup> Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

# Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

## Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim -Ano XIV - nº 5 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**MAIO / 2009**

### Comentários

Em Maio de 2009, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 19 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 7.285.958,7 (mil), em Abril de 2009, ante R\$ 6.125.588,6 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 20%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

### Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2008			2009			Variação Nominal		
	Abril	Maio	Janeiro a	Abril	Maio	Janeiro a	Mai/2009	Mai/2009	Jan a
			Maio			Maio			Mai/2008
							Abr/2009		Mai/2008
FPM	3.444.196,9	3.623.860,9	17.244.207,0	3.136.882,0	3.726.454,2	16.304.416,7	18,8%	2,8%	-5,4%
FPE	3.291.121,3	3.462.800,3	16.477.796,9	2.988.706,7	3.559.504,5	15.569.687,7	19,1%	2,8%	-5,5%
IPI-Exp	255.019,8	258.628,6	1.193.036,1	139.887,0	190.640,0	891.754,0	36,3%	-26,3%	-25,3%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 20%

### Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
MAIO	+ 16 %	+ 19 %	+ 16 %	+ 19 %	+ 56 %	+ 36 %

### Estimativa Trimestral

FUNDOS	JUN/MAI	JUL/JUN	AGO/JUL
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 11 %	- 20 %	+ 33 %
IPI - EXP	- 7 %	+ 46 %	+ 8 %

## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/04/2009 a 20/05/2009, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
ABR/3º DEC	1.764.098	11.919.047	<b>13.683.145</b>	MAI/1º DEC	2.353.501	2.462.966	141.128	<b>4.957.595</b>
MAI/1º DEC	99.045	1.050.410	<b>1.149.455</b>	MAI/2º DEC	197.706	206.902	7.924	<b>412.532</b>
MAI/2º DEC	494.101	5.075.032	<b>5.569.133</b>	MAI/3º DEC	957.891	1.002.444	39.528	<b>1.999.863</b>
Jul/08 - Mar/09 (*)	23.925	253.047	<b>276.972</b>	23-24/MAI (*)	50.406	54.142	2.060	<b>106.609</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.381.170</b>	<b>18.297.535</b>	<b>20.678.705</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.559.504</b>	<b>3.726.454</b>	<b>190.640</b>	<b>7.476.598</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB;
- Na arrecadação líquida do 2º decêndio de maio estão incluídas receitas de IR e IPI classificadas por estimativa pela Receita Federal do Brasil, conforme a Portaria MF nº 232 de 20 de maio de 2009, arrecadadas até abril/09, créditos efetuados no dia 28 de maio, incorporado acima nas transferências do 3º decêndio de maio;
- (\*) Em 23 de maio foi distribuída parcela procedente da classificação dos Depósitos Judiciais - Dívida Ativa - Receitas do IR e IPI, regidos pela Lei nº 9.703/1998, contabilizados nos códigos 7525 e 7961 do período de julho de 2008 a março de 2009, inclusive a correspondente atualização monetária até maio/2009;
- (\*) Em 24 de maio foi distribuído no FPM o montante de R\$ 1.391 mil, com a mesma procedência indicada no item anterior, mas apurado conforme a Emenda Constitucional 55/2007 (1% adicional ao FPM), não incidindo retenção para o FUNDEB.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI - EXP
ACRE	AC	19.452,9	121.770,6	27,2
ALAGOAS	AL	88.300,1	148.078,9	564,0
AMAZONAS	AM	52.297,0	99.324,4	2.295,6
AMAPÁ	AP	13.025,8	121.450,3	178,9
BAHIA	BA	338.820,2	334.458,2	12.798,7
CEARÁ	CE	193.779,3	261.157,3	1.691,0
DISTRITO FEDERAL	DF	6.102,9	24.567,7	189,1
ESPIRITO SANTO	ES	64.082,5	53.392,6	7.819,7
GOIÁS	GO	134.961,9	101.200,3	3.020,9
MARANHÃO	MA	154.910,0	256.932,2	1.969,1
MINAS GERAIS	MG	488.393,4	158.558,1	22.924,8
MATO GROSSO DO SUL	MS	56.587,6	47.412,6	1.279,1
MATO GROSSO	MT	68.706,1	82.149,8	2.247,1
PARÁ	PA	135.411,2	217.556,9	8.852,1
PARAÍBA	PB	120.092,0	170.461,1	401,6
PERNAMBUCO	PE	186.906,9	245.612,9	1.171,1
PIAUI	PI	94.569,8	153.820,4	55,2
PARANÁ	PR	254.681,9	102.627,6	18.284,9
RIO DE JANEIRO	RJ	109.570,4	54.378,5	30.156,9
RIO GRANDE DO NORTE	RN	92.169,3	148.712,5	319,2
RONDÔNIA	RO	33.796,2	100.221,4	596,1
RORAIMA	RR	23.400,7	88.300,6	9,1
RIO GRANDE DO SUL	RS	252.572,5	83.819,2	22.402,0
SANTA CATARINA	SC	144.561,3	45.554,5	13.029,9
SERGIPE	SE	53.996,5	147.908,1	166,4
SÃO PAULO	SP	492.609,9	35.595,0	38.128,0
TOCANTINS	TO	52.695,9	154.482,5	62,3
<b>TOTAL</b>		<b>3.726.454,2</b>	<b>3.559.504,5</b>	<b>190.640,0</b>

Obs.: Deduzidos 20% do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2008, foi publicada a Portaria STN nº 615, de 5 de novembro de 2008, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2009, disponível no site [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa  
 Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026  
 Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br